

# Sumário

Número de notícias: 18 | Número de veículos: 12

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Projeto do Simples que piora contas públicas em 2023 trava com resistência de PT e MDB .....3

FOLHA DE S. PAULO - SP - POLÍTICA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Marcos Cintra afirma ter sido induzido a erro ao criticar urnas .....4

O ESTADO DE S. PAULO - A FUNDO  
SEGURIDADE SOCIAL

Oito bilhões em um mundo bem diverso .....5

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Desmate e tributos preocupam parceiros do país .....7

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Petrobras sem intervenção .....8

CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Com investimento histórico no DF, Cidade da Saúde será erguida no SIA - CAPITAL S/A .....9

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Brasil estreia na Copa sem regras para apostas .....11

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Puxada por alta nos combustíveis, prévia da inflação vai a 0,53% em novembro .....13

O GLOBO - RJ - RIO  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Alvo de investigação, filho de Cabral se entrega à PF .....15

VALOR ECONÔMICO - SP - AGRONEGÓCIOS  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Propostas que taxam o agro geram celeuma .....16

CORREIO BRAZILIENSE - DF - BRASIL  
ECONOMIA

Relatórios preocupantes do TCU .....17

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
ECONOMIA

Novo cálculo da transição indica espaço de R\$ 150 bi para gasto extra em 2023 .....18

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
ECONOMIA

Tarifa de energia deve subir, em média, 5,6% em 2023, estima Aneel .....20

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
ECONOMIA

Riscos fiscais se aproximam de R\$ 5 bi .....21

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL  
ECONOMIA

Covid bate recorde na China e projeção para economia cai ..... 22

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO  
ECONOMIA

Cenário externo para de piorar e dê trégua a emergentes (Editorial) ..... 23

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO  
ECONOMIA

Fome e orçamento 2023 (Artigo) ..... 24

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL  
ECONOMIA

Não se resolve miséria ou resultado fiscal com PEC, diz Afonso ..... 25

# Projeto do Simples que piora contas públicas em 2023 trava com resistência de PT e MDB

O projeto que corrige o teto do Simples (regime especial de tributação) pela **inflação** a partir de janeiro travou na Câmara dos Deputados diante da resistência de partidos como MDB e PT, que avaliam que o tema representa uma pauta-bomba no primeiro ano do governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

O texto amplia o teto de enquadramento da receita bruta do MEI (microempreendedor individual) de R\$ 81 mil para R\$ 144.913,41, aplicando um reajuste com base no IPCA (índice oficial de **inflação**) acumulado em 16 anos (quando foi criado o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte).

Além disso, altera outras faixas. Para microempresas, o limite passa de R\$ 360 mil para R\$ 869,5 mil anuais. No caso de empresas de pequeno porte, sai de R\$ 4,8 milhões para R\$ 8,7 milhões. A Receita calculou que as mudanças poderiam provocar uma perda anual de R\$ 66 bilhões para os cofres públicos.

O deputado Marco Bertaiolli (PSD-SP), relator do texto na CFT (Comissão de Finanças e Tributação), discorda de que a perda de arrecadação alcance esse montante. Apesar disso, ele passou a defender com o relator em plenário, Darci de Matos (PSD-SC), a inclusão de um escalonamento para reduzir a resistência manifestada por partidos contra o texto.

Em vez de atualizar o teto do Simples até R\$ 8,7 milhões, Bertaiolli propõe uma correção que leve o limite a R\$ 6,4 milhões. O restante seria negociado para valer para 2024, por exemplo.

"Já conversamos com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional que isso é muito possível e viável, e não causa impacto. Nós podemos fazer um degrau, não tem problema. Como ficou muitos anos sem atualizar, a gente atualizaria agora", disse.

Bertaiolli pediu à Receita que refizesse os cálculos com base nesse escalonamento. A renúncia estimada pelo Fisco passou a ser de R\$ 34,4 bilhões para União, estados e municípios.

O deputado afirma que não é possível falar sobre renúncia fiscal no caso do Simples porque, na LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2022), há um dispositivo que proíbe que a Receita configure o regime desta forma. "É um tratamento diferenciado,

como preconiza a Constituição Federal. Se você não pode, por lei, tratar o Simples como renúncia fiscal, não há como se falar que a atualização do Simples gera renúncia fiscal", argumentou.

Ele defendeu a votação do projeto. "Agora em janeiro, a **Receita Federal** faz uma exclusão automática de todas as microempresas que ultrapassarem o limite do Simples Nacional. 380 mil microempresas estão correndo o risco de perder a condição de Simples."

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50106>

# Marcos Cintra afirma ter sido induzido a erro ao criticar urnas

**Constança Rezende - Brasília**

O economista Marcos Cintra, filiado à União Brasil, disse em depoimento à Polícia Federal na quarta-feira (23) ter sido induzido ao erro ao levantar, em suas redes sociais, suspeitas sobre o resultado das urnas. Ele afirmou ter sido "vítima de uma publicação incompleta".

Ex-secretário da **Receita Federal** no governo de Jair Bolsonaro (PL), Cintra fez publicações que alimentaram afirmações golpistas em grupos bolsonaristas de que teria havido fraude nas eleições presidenciais.

À PF o economista-que foi vice na chapa de Soraya Thronicke (União Brasil)- justificou que obteve uma informação em mídia digital de que algumas urnas teriam registrado 100% dos votos para o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e zero para o presidente Bolsonaro.

Mas disse que as notícias acessadas omitiram a existência de urnas com registro de votos unânimes também para Bolsonaro e que, por falta de conhecimento, não teve como procurar tais informações no site do TSE (Tribunal Superior Eleitoral).

Os comentários de Cintra nas redes motivaram a abertura de inquérito relatado pelo ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Alexandre de Moraes, e o Twitter tirou do ar seu perfil, por decisão judicial.

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=501>

06

# Oito bilhões em um mundo bem diverso

**LEON FERRARI**

Foram necessários milhares de anos para que, por volta de 1804, a humanidade atingisse o marco de 1 bilhão de pessoas.

Quase dois séculos depois, em 1985, o número bateu os 5 bilhões.

Com avanços da Medicina, que causaram declínio da mortalidade e aumento da expectativa de vida, só 12 anos foram necessários para passar de 7 bilhões para 8 bilhões, atingidos neste mês, segundo as projeções da Organização das Nações Unidas (ONU).

Se o número assusta ou parece inimaginável - para se ter ideia, seria preciso ter 103 mil Maracanãs para acomodar tanta gente -, a tendência é de que a população siga crescendo e atinja os 10 bilhões em 2058.

Porém, com a redução na fertilidade, a velocidade do crescimento será menor. Em 2020, em meio à pandemia do novo coronavírus, pela primeira vez desde 1950 a taxa de incremento anual ficou abaixo de 1%.

Segundo as Nações Unidas, há 50% de chance de que a população mundial chegue ao pico - e que seu tamanho estabilize ou comece a cair - antes do fim do século. Embora a ONU destaque que a crise da covid-19 afetou "todos os componentes da mudança populacional", com queda da expectativa de vida para 71 anos em 2021 - era de 72,8 em 2019 -, o real impacto ainda não é claro, pois a pandemia prejudicou operações de coleta de dados.

Para António Guterres, secretário-geral da ONU, o marco expõe a urgência do combate às desigualdades. "A menos que superemos o abismo entre os que têm e os que não têm, estamos nos preparando para um mundo de 8 bilhões de pessoas cheio de tensões e desconfiança, crise e conflito." Uma melhor distribuição de riquezas, segurança alimentar, produção de energia limpa e controle de epidemias são alguns dos principais desafios.

"Não podemos confiar em soluções de tamanho único em um mundo onde a idade média é de 41 anos na Europa, ante 17 na África Subsaariana", afirma a diretora executiva do Fundo de População das Nações Unidas, Natalia Kanem.

**AS CARAS DA POPULAÇÃO.**

Considerando o cenário previsto para julho de 2023, quase seis de cada dez pessoas no mundo estarão na Ásia. Índia e China serão as nações mais populosas, concentrando cerca de 35% da população mundial.

Só uma a cada dez pessoas tem 65 anos ou mais. Crianças de até 14 anos representam quase um quarto da população. Adultos, de 25 a 59 anos, respondem por pouco mais de 34%.

Cerca de oito em cada dez pessoas vivem em uma nação com renda média-baixa, média ou média-alta. Segundo a classificação do Banco Mundial, significa que elas estão em países com renda nacional bruta anual por habitante de US\$ 1.086 a US\$ 13.205 (de R\$ 5,8 mil a R\$ 70,4 mil).

Que o mundo continua a crescer não há dúvida, mas isso não é regra para todos os países. Mais da metade da alta projetada até 2050 será em apenas oito países: República Democrática do Congo, Egito, Etiópia, Índia, Nigéria, Paquistão, Filipinas e Tanzânia. O incremento populacional será puxado por nações menos desenvolvidas, o que impõe desafios para atingir metas sustentáveis, como frear a crise climática, em cenários de menor disponibilidade de verba e estrutura.

Enquanto isso, 61 países devem encolher 1% ou mais entre este ano e 2050. As maiores reduções, com perdas de 20% ou mais, devem ser de Bulgária, Letônia, Lituânia, Sérvia e Ucrânia, que neste ano virou o centro de uma guerra após invasão pela Rússia.

As faixas de idade também mudam. Em 2018, pela primeira vez, idosos superaram as crianças menores de 5 anos. A ONU espera que haja 1,6 bilhão de idosos em 2050 - 16% dos moradores da Terra. Essa transformação muda as demandas de políticas públicas, como da rede hospitalar, da assistência social (como abrigos, moradias para idosos e na necessidade de cuidadores), **previdência social** (com elevação de gastos em aposentadorias) e de educação (com turmas menores diante da redução do número de crianças e adolescentes e uma janela de oportunidade para elevar investimentos na qualidade do ensino, por exemplo). Em relação ao gênero, hoje o número de homens é 0,5% maior do que o de mulheres. Em 2050, se iguala.

BRASIL. Já a população brasileira será de 216,42 milhões em julho. O ritmo de crescimento já está abaixo de 1 ponto porcentual desde 2008. Com isso, deve atingir o pico populacional, com 231 milhões ainda em 2046 e, a partir daí, começa a decrescer. Em 2100, a ONU estima 184,54 milhões de habitantes.

Se, por ora, pessoas com 65 anos ou mais representam cerca de 10,2% do País, a mesma taxa deve ser de 33% em 2100.

Para especialistas, o Brasil vem falhando em aproveitar o bônus demográfico das últimas décadas, quando houve uma proporção mais alta de jovens em idade economicamente produtiva. A maior fatia populacional nessa faixa etária, segundo economistas, deveria ser uma oportunidade para elevar a geração de riquezas.

Enquanto aqui

O Brasil deve atingir o pico populacional, com 231 milhões, ainda em 2046. A partir daí, começará a decrescer, segundo os demógrafos.

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Desmate e tributos preocupam parceiros do país

*Assis Moreira De Genebra*

Veja a matéria no site de origem:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187391?page=1&section=1>

**Site:**

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187391?page=1&section=1>

## Petrobras sem intervenção



Victor Correia

A equipe de transição assegurou, ontem, que o futuro governo não será intervencionista em relação à Petrobras e que as mudanças ocorrerão de forma gradual, com diálogo entre os setores envolvidos. O senador Jean Paul Prates (PT-RN), um dos coordenadores do grupo de trabalho de Minas e Energia, criticou as especulações a respeito da empresa.

"Ontem (quarta), por exemplo, vi de novo essa lengalenga de que pessoas do governo de transição que estão falando de Petrobras são terraplanistas. Isso, especificamente, me irritou bastante, porque nós estamos tendo todo o cuidado do mundo para assegurar ao mercado que não vai haver medida interventiva, não vai haver pé na porta de ninguém", declarou Prates, cotado para assumir a estatal na nova gestão.

Desde o início da semana, houve queda de ações da Petrobras, após bancos de investimento, como UBS, Morgan Stanley, Itaú e Bradesco, apontarem incertezas sobre a forma como o governo eleito lidará com empresa. A transição sinaliza com a revisão de várias políticas essenciais da estatal, como a de preço de paridade de importação (PPI) e a distribuição de dividendos. Prates enfatizou, porém, que tudo será feito de forma gradual.

"Não estamos passando essa insegurança em momento nenhum. Passamos três semanas antes da campanha conversando com esses bancos de investimentos, um a um, com mais de 30 pessoas, tranquilizando essas pessoas", contou o parlamentar.

"Quem está especulando com isso está fazendo por sua própria conta e risco. O mercado, às vezes, tem elementos que atuam desse jeito, tentam especular com declarações que a gente não deu", acrescentou.

Ainda assim, Prates deixou claro que haverá, sim, uma revisão das políticas da empresa. Uma delas é o PPI, criticado pela base do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva desde a campanha. "Quem define política de preços de qualquer coisa do país, se vai intervir ou não, se vai ser internacional ou não, é o governo. O que está errado, e nós temos que desfazer de uma vez por todas, é dizer que é a Petrobras que define a política de preços dos combustíveis. Não vai ser assim. Não pode ser assim", frisou o senador.

O novo governo, segundo ele, vai definir a política geral de preços dos combustíveis do país, se haverá colchões de amortecimento, preço de referência ou conta de estabilização. O grupo técnico também defende a mudança da distribuição de dividendos da Petrobras. Atualmente, todo o lucro da empresa é repassado aos acionistas, incluindo o governo federal. A transição argumenta que a porcentagem é alta demais em relação a outras empresas do ramo e que é preciso reservar parte dos lucros para investimentos.

Para hoje, está marcada a primeira reunião entre a equipe da transição e o presidente da Petrobras, Caio Paes de Andrade, para tratar do fluxo de informações entre a estatal e a transição. "Tem algumas coisas que a gente quer entender como é o procedimento, se é por meio do Ministério (de Minas e Energia)", adiantou Prates sobre o encontro.

### Memória

O governo Jair Bolsonaro zerou os **impostos** federais sobre os combustíveis até 31 de dezembro. Embora o projeto de lei orçamentária anual de 2023 considere a continuidade da desoneração, essa extensão para o próximo ano depende de um novo decreto. O futuro governo ainda não confirmou se vai manter a renúncia fiscal, de R\$ 52,9 bilhões.

Quem define política de preços de qualquer coisa do país, se vai intervir ou não, se vai ser internacional ou não, é o governo" Jean Paul Prates (PT-RN), senador e um dos coordenadores do grupo de trabalho de Minas e Energia

# Com investimento histórico no DF, Cidade da Saúde será erguida no SIA - CAPITAL S/A

## CAPITAL S/A

O governador Ibaneis Rocha assinou decreto para conceder uma área de 160 mil m<sup>2</sup>, no SIA, para a Cime Holding S/A. O grupo irá instalar um complexo de saúde privada que inclui edifícios de clínicas, faculdade de medicina, centro de convenções e até hotel. O objetivo do ousado empreendimento é deslocar o eixo referência de saúde particular na América Latina de São Paulo e Chile para o Distrito Federal.

### Programa Desenvolve-DF

No decreto, Ibaneis declara que é de "relevante interesse social, econômico e fiscal para o Distrito Federal a implantação deste empreendimento estruturante e de excelência na área de medicina especializada, ensino e pesquisa Cime Holding S.A. Será concedido incentivo econômico no âmbito do Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Distrito Federal (Desenvolve-DF)".

### Centro Internacional de Medicina Especializada

A Secretaria de Desenvolvimento Econômico do DF (SDE-DF) está conduzindo o processo. "É um projeto arrojado com recorde de investimento para Brasília. Teremos incremento do turismo de saúde. Será um centro internacional", aponta o secretário Jesuino Pereira. Segundo ele, as tratativas ocorrem há mais de um ano.

Aluguel O terreno a ser instalado o Cime é da Terracap e estava há muitos anos ocupado pela secretaria de Educação, perto da antiga CEB Distribuidora. O grupo empresarial, que reúne investidores nacionais e internacionais, terá a concessão da área por 30 anos, renováveis, pagando aluguel.

### Condições

O valor e as condições específicas ainda serão definidos pelo Conselho de gestão do programa Desenvolve-DF. Para ser erguido, o projeto também terá de passar pelo crivo da Secretaria de

Desenvolvimento Urbano (SDU-DF).

### Brasiliense na Copa

O empresário Álvaro Silveira Jr, presidente do Sindicato do Comércio Atacadista do Distrito Federal (SindiAtacadista-DF), viajou com a família para o Catar. Lá também estão seus irmãos. Ele assistiu ontem à vitória brasileira sobre a Sérvia no Estádio 974, em Doha. "Copa do mundo é um evento único, de união dos povos. Cerca de 80% do estádio estava de verde amarelo e a maioria era de estrangeiros que simpatizam com nosso país, com nosso povo. Foi emocionante", contou Álvaro, celebrando o 2x0.

### Conplan aprova novas atividades comerciais do SCS

O Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal (Conplan-DF) aprovou ontem, por unanimidade, a ampliar os usos e atividades do Setor Comercial Sul (SCS). Com a medida, são previstas mais de 280 novas ocupações comerciais, institucionais e de prestação de serviços no setor, como faculdades, creches, educação profissional de nível técnico, serviços de tecnologia da informação, entre outros. A proposta não prevê a possibilidade de moradia no local. O projeto da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação do DF (Seduh) teve apoio da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Distrito Federal (Fecomércio-DF). Agora, segue para a Câmara Legislativa.

R\$ 4,6

### BILHÕES

Será valor do investimento

da Cime no DF

10 MIL

empregos diretos

10

edificações no complexo

R\$ 15 BI

em 15 anos de

geração de impostos

# Brasil estreia na Copa sem regras para apostas

**César Feitoza João Gabriel**

Por atraso do governo Jair Bolsonaro (PL), a Copa do Mundo do Qatar começou sem que o Brasil tenha uma regulamentação básica sobre as apostas esportivas. A omissão do Executivo, segundo defensores da medida, causa perda de arrecadação e deixa uma zona cinzenta em que operadores ilegais podem atuar.

Em dezembro de 2018, o Congresso aprovou uma lei que permite apostas esportivas de alíquotas fixas, ou seja, aquela em que o apostador sabe quanto pode ganhar no momento em que tenta a sorte. Elas são comuns em diversos países do mundo e feitas, sobretudo, online.

O texto, no entanto, definia que a regulamentação deveria ser feita pelo governo em um prazo de dois anos, prorrogáveis por mais dois anos -período que se encerra em 13 de dezembro.

Diante da necessidade legal de se regular o mercado, o Ministério da Economia enviou em março à Casa Civil uma minuta de decreto estabelecendo as regras para as operadoras conseguirem autorização para o jogo.

Mesmo com o envio dentro do prazo, a regulamentação está travada no Palácio do Planalto há oito meses por pressão política de aliados de Bolsonaro.

A Casa Civil afirma que recebeu a minuta de decreto e disse que, "até o momento, não há previsão de publicação" do texto.

A Folha teve acesso à minuta apresentada pelo Ministério da Economia. Ela estabelece normas gerais para que as empresas possam operar as apostas esportivas no Brasil.

Segundo o texto, as operadoras que tiverem interesse em atuar no país terão de pedir uma autorização ao Ministério da Economia. O prazo será de cinco anos, e a empresa terá de pagar R\$ 22,2 milhões para a abertura do processo.

Empresas estrangeiras poderão operar contanto que constituam uma filial no Brasil.

As operadoras também terão de pagar uma série de **tributos**, como Contribuição Social sobre Lucro Líquido (a CSLL), e recolher Imposto de Renda incidente sobre a premiação.

Elas ainda serão obrigadas a promover ações de conscientização do jogo responsável, para prevenir "transtorno do jogo patológico".

"A exploração da loteria de apostas de quota fixa é condicionada à adoção e implementação de política, procedimentos e controle interno visando a prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo e à prevenção a fraudes", diz ainda a minuta.

Atualmente, já há um mercado atuante no Brasil, com empresas que inclusive patrocinam uma série de times da Série A do Campeonato Brasileiro.

Mas, sem a regulamentação, essas companhias, com sede no exterior, podem operar em solo brasileiro sem ter de pagar **impostos** ou prestar contas ao governo. Isso cria, segundo especialistas, não só maior margem para esquemas de corrupção e lavagem de dinheiro, mas também impede que o país tenha arrecadação com a atividade.

"O governo teve quatro anos para regulamentar as apostas esportivas e não o fez até agora. Todos sabemos que as casas de aposta exploram o mercado brasileiro através de uma brecha legal, do chamado 'mercado cinza', e o Brasil não vê a cor desse dinheiro", diz Udo Seckelmann, advogado especialista em esportes e apostas no escritório Bichara e Motta.

Ele lembra que a Copa do Mundo turbinou a movimentação de dinheiro nas casas esportivas, inclusive de pessoas que não costumam jogar, mas, assim como fazem bolão durante o torneio, também arriscam a sorte neste momento.

"A Copa é a competição esportiva mais importante do mundo, o setor de apostas tem uma movimentação de cifras milionárias. Sem regulamentação, as empresas vão seguir explorando, mas sem proteção ao consumidor, sem arrecadar **impostos** ou gerar empregos", diz ele.

O advogado Roberto Lasserre, representante do

Movimento Brasil Sem Azar, é crítico à proposta de regulamentação feita pelo Ministério da Economia. Para ele, há lacunas no texto que dificultam a fiscalização de crimes financeiro, como lavagem de dinheiro e sonegação de **impostos**.

"É muito dinheiro correndo sem esse tipo de controle, e não adianta você colocar só dinheiro eletrônico, cartão de crédito, porque os próprios bancos investem muito para tentar combater fraudes em cartões [e mesmo assim os problemas existem]. Como é que você garante que não há fraude sem a fiscalização?"

Lasserre também defende normas mais rígidas para evitar, de forma efetiva, o vício e a participação de menores de idade.

"[A minuta] não é suficiente, acho que a gente tem que trabalhar muito [para combater o vício]. Uma ideia seria fazer propagandas desse tipo de aposta a partir de determinado horário do dia. Se colocar na rede de televisão ao meio-dia, os adolescentes estão voltando da escola, crianças estão vendo", defende.

O plano do Ministério da Economia era que o decreto fosse publicado pela Presidência logo após a edição de uma medida provisória que trataria sobre as apostas esportivas.

No primeiro semestre, a articulação política do governo fechou um acordo com a liderança da bancada evangélica. Segundo dois deputados com conhecimento do assunto, o acordo envolvia deixar a relatoria da proposta com um dos deputados desse grupo, para evitar que jabutis fossem incluídos para ampliar a legalização dos jogos de azar.

Apesar do acordo, uma ala da bancada conseguiu convencer o presidente Bolsonaro a não editar o texto antes da eleição, para evitar o risco de perder votos de evangélicos.

Procurado, o líder da bancada evangélica, deputado Sóstenes Cavalcante (PL-SP), não se manifestou.

Já o deputado Eli Borges (PL-TO), também da frente evangélica, acredita que a regulamentação das apostas esportivas é um "mal menor", mas pode impulsionar outras pautas mais problemáticas na visão dele.

"Nós entendemos que essa busca parcial não é tão grave, mas é o começo de tudo que eles querem, que é chegar ao final da legalização dos jogos de azar, como cassinos. Por isso, tenho a posição contrária à jogatina no Brasil", afirmou.

O presidente do Instituto Brasileiro do Jogo Legal,

Magno José, acredita que a demora para o governo regulamentar as apostas esportivas está vinculada à forma como os jogos de azar são vistos no Brasil.

"Os jogos e as apostas são tratados como uma questão de costumes, e essa discussão já foi superada no exterior. É uma atividade econômica, o mundo inteiro trata dessa forma", disse.

Ele afirma que, ao não regulamentar as apostas, o governo é omissivo e pode abrir margem para que operadores sejam autorizadas no Brasil por meio da judicialização.

"Há uma zona cinzenta. Se no dia 13 de dezembro não sair a regulamentação, o empresário vai pedir ao Ministério da Economia para operar a aposta física e, sem o decreto, pode acabar conseguindo a autorização pela via judicial."

"Mesmo sem regulamentação, a lei de 2018 continua plena. Só existe uma forma de ajustar as apostas esportivas de forma definitiva, e ela envolve a edição da medida provisória e do decreto", completa.

Para Magno José, a regulamentação teria quatro objetivos principais: dar ao Estado controle sobre as apostas, estabelecer regras claras para o jogo responsável, aumentar a arrecadação tributária e criar normas para evitar a manipulação de resultados.

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50106>

# Puxada por alta nos combustíveis, prévia da inflação vai a 0,53% em novembro

**DANIELA AMORIM RIO MARIANNA GUALTER SÃO PAULO**

Passado o efeito do corte de **impostos** sobre combustíveis, energia e telecomunicações, os preços da economia voltaram a acelerar no País. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo-15 (IPCA-15), prévia da **inflação** oficial, registrou alta de 0,53% em novembro, após ter subido 0,16% em outubro, informou ontem o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A taxa em 12 meses desacelerou de 6,85% em outubro para 6,17% em novembro. No ano, o IPCA-15 acumulou aumento de 5,35%.

"Daqui para frente, o que devemos ver é uma **inflação** desacelerando, mas em ritmo lento e em patamar ainda elevado", avaliou Claudia Moreno, economista do C6 Bank, em nota.

O economista Leonardo Costa, da gestora de recursos ASA Investments, prevê alta entre 0,5% e 0,6% para o IPCA no fechamento de novembro. Ele espera que o índice absorva os descontos das campanhas de liquidações da Black Friday, mas também prevê pressão maior dos preços dos alimentos. A projeção da ASA Investments é de alta de 6% para o IPCA em 2022 e de 5% em 2023, com viés de alta. "Estamos sentindo que pode ocorrer uma volta dos **impostos** sobre combustíveis, PIS/Cofins ou mesmo o ICMS", justificou Costa.

Em novembro, a aceleração do IPCA-15 foi puxada por segmentos voláteis, avaliou o economista João Savignon, da gestora Kínitro Capital. Foi o caso de combustíveis, "que voltou forte ao terreno positivo", alimentação no domicílio e itens de cuidados pessoais, "com preços subindo como uma antecipação aos descontos da Black Friday", escreveu Savignon, em relatório. A gestora manteve a estimativa de um IPCA de 0,54% no fechamento de novembro e de 6% em 2022.

Oito dos nove grupos de produtos e serviços que integram o IPCA-15 registraram alta em novembro, com destaque para Vestuário, que subiu 1,48%.

**GASOLINA.**

Nos Transportes, os preços dos combustíveis subiram 2,04%, após cinco meses de queda. A gasolina, que tinha caído 5,92% em outubro, aumentou 1,67% em novembro, item de maior impacto individual no IPCA-15 do mês (0,08 ponto porcentual). O etanol subiu 6,16%, e o óleo diesel, 0,12%.

Já as passagens aéreas caíram 9,48% em novembro, após alta de 28,17% em outubro.

No grupo Habitação, houve altas do aluguel residencial (0,83%), energia elétrica (0,44%) e taxa de água e esgoto (0,55%). Em Vestuário, todos os itens pesquisados tiveram aumento de preços, com exceção das joias e bijuterias (-0,04%).

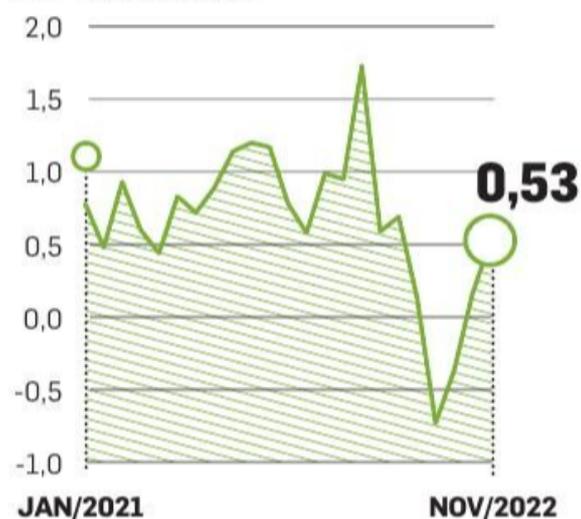
**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

## PREÇOS

Prévia da inflação acumula alta de 6,17% em 12 meses

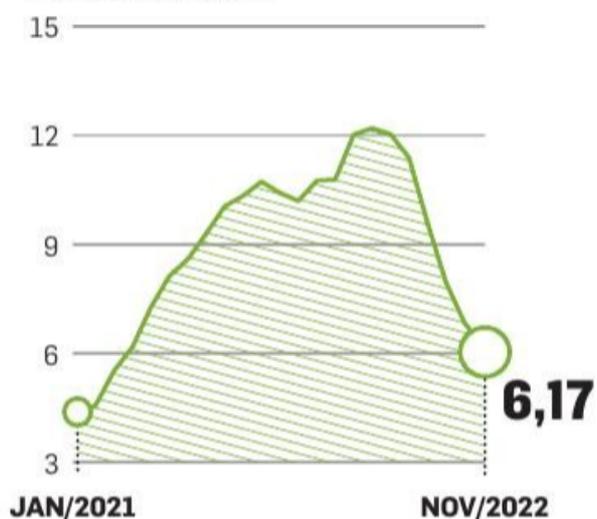
### IPCA-15 Mês a mês

EM PORCENTAGEM



### Acumulado em 12 meses

EM PORCENTAGEM



### Maiores altas

GRUPO	VARIAÇÃO EM PORCENTAGEM	PESO NO ÍNDICE GERAL EM PONTO PORCENTUAL
ALIMENTAÇÃO E BEBIDAS	<b>0,54</b>	<b>0,12</b>
SAÚDE E CUIDADOS PESSOAIS	0,91	<b>0,12</b>
TRANSPORTES	0,49	0,10
VESTUÁRIO	1,48	0,07
HABITAÇÃO	0,48	0,07
DESPESAS PESSOAIS	0,27	0,03
ARTIGOS DE RESIDÊNCIA	0,54	0,02
EDUCAÇÃO	0,05	0
COMUNICAÇÃO	0	0

FONTE: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

# Alvo de investigação, filho de Cabral se entrega à PF

**MARCOS NUNES, PAOLLA SERRA E VERA ARAÚJO**  
*granderio@oglobo.com.br*

Veja a matéria no site de origem:

<https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

# Propostas que taxam o agro geram celeuma

**Érica Polo De São Paulo**

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187391](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187391)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187391](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187391)

# Relatórios preocupantes do TCU

O Tribunal de Contas da União (TCU) entregou vários relatórios sobre auditorias realizadas à equipe de transição do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) com dados preocupantes.

Um deles, de 148 páginas, aponta uma lista de alto risco na administração pública, com 29 áreas que apresentam um alto risco de vulnerabilidade à fraude, ao desperdício, ao abuso de autoridade, à má gestão ou à necessidade de mudanças profundas para que os objetivos das políticas públicas sejam cumpridas.

Outro relatório ainda mais denso, de 422 páginas, é dedicado às auditorias do TCU relativas à Saúde. Nesse documento, a Corte de Contas apontou que o governo Jair Bolsonaro (PL) deixou o Sistema Único de Saúde (SUS) em situação com "indícios de insustentabilidade" e sequer tem dados básicos, por exemplo, sobre a cobertura vacinal contra covid-19.

O TCU também aponta um desperdício de R\$ 13 bilhões por ano em falhas na cobertura vacinal. Dados do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) mostram que a taxa de vacinação infantil no Brasil, que já foi de 93,1%, agora está em 71,49% durante o atual governo. Considerando os efeitos da **inflação** e do envelhecimento populacional, o relatório do TCU projeta que os gastos da União para 2030 seriam de R\$ 219,5 bilhões, mas o valor necessário para cobrir o déficit assistencial precisará ser de R\$ 277 bilhões.

R\$ 13 bi

em perdas anuais com falhas na cobertura vacinal, segundo a Corte de Contas

# Novo cálculo da transição indica espaço de R\$ 150 bi para gasto extra em 2023

**Idiana Tomazelli Julia Chaib Marianna Holanda**

A equipe de transição do presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), vê atualmente um espaço de ao menos R\$ 150 bilhões para ampliar despesas em 2023 sem que isso represente uma expansão em relação à fatura programada pelo atual governo Jair Bolsonaro (PL) para 2022, seu último ano de mandato.

Pelos novos cálculos da transição, um gasto adicional nessa proporção manteria constante a relação entre despesa e **PIB** (Produto Interno Bruto), medida usada para avaliar a dimensão das políticas públicas em comparação ao tamanho da economia.

A conta tem sido usada como argumento em defesa da PEC (proposta de emenda à Constituição) da Transição, que pode autorizar uma despesa de até R\$ 198 bilhões fora da regra do teto de gastos -dos quais R\$ 175 bilhões bancariam o novo Bolsa Família.

O tamanho da fatura extra é um dos pontos mais sensíveis da proposta e tem sido alvo de críticas do mercado financeiro e de parte dos parlamentares, que cobram um limite mais rígido. O discurso do PT para tentar reduzir as resistências é que a PEC apenas busca a manutenção do nível de gastos já contratado para este ano.

Em 2022, a despesa deve ficar em 19% do **PIB**, segundo a projeção divulgada na terça-feira (22) pelo Ministério da Economia. A proposta orçamentária de 2023, por sua vez, foi enviada com um gasto de 17,58% do **PIB** -um corte de 1,4 ponto percentual no nível da despesa, algo considerado pelo partido como impraticável diante do risco de colapso nas políticas públicas.

A principal preocupação dos economistas é justamente com o nível de endividamento do país. Manter o mesmo patamar de despesas em relação ao **PIB** não é, por si só, suficiente para conter a trajetória de alta na dívida, que também é influenciada pelo crescimento e pela arrecadação.

Uma ampliação de despesas na magnitude pretendida pelo PT, sem compensação com elevação de receitas ou corte de outros gastos, teria como consequência a elevação do déficit das contas em 2023. O Orçamento projeta oficialmente um rombo de R\$ 63,5 bilhões,

mas o atual governo atualizou essa estimativa para um número menor, embora ainda negativo em R\$ 40,4 bilhões.

Na segunda-feira (21), o ex-ministro da Fazenda e do Planejamento Nelson Barbosa, que é um dos quatro coordenadores de economia na transição, levantou a discussão ao indicar que igualar a despesa de Bolsonaro permitiria um gasto extra de R\$ 136 bilhões sem que isso representasse uma expansão fiscal.

A fala foi feita, porém, quando a projeção para 2022 ainda era de uma despesa de 18,9% do **PIB**, antes da atualização feita pelo Ministério da Economia. Como o próprio governo Bolsonaro espera um gasto ligeiramente superior, a diferença em valores nominais também sobe, ficando mais próxima dos R\$ 150 bilhões.

Há um segundo ponto que pode fazer a conta, defendida como neutra pela transição, crescer acima dos R\$ 150 bilhões.

O IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) revisou o **PIB** de 2020, indicando que houve uma queda menos intensa da atividade econômica do que o calculado inicialmente. A incorporação dessa mudança na base de cálculo deve deflagrar uma onda de revisões nos dados dos períodos seguintes.

O saldo final deve ser um valor ainda maior de renda gerada na economia brasileira, tanto para 2022 quanto na expectativa para 2023.

Se a base de cálculo fica maior, a distância de 1,4 ponto percentual de **PIB** para igualar a despesa feita por Bolsonaro neste ano tende a representar uma margem de ampliação superior aos atuais R\$ 150 bilhões calculados pela transição de Lula.

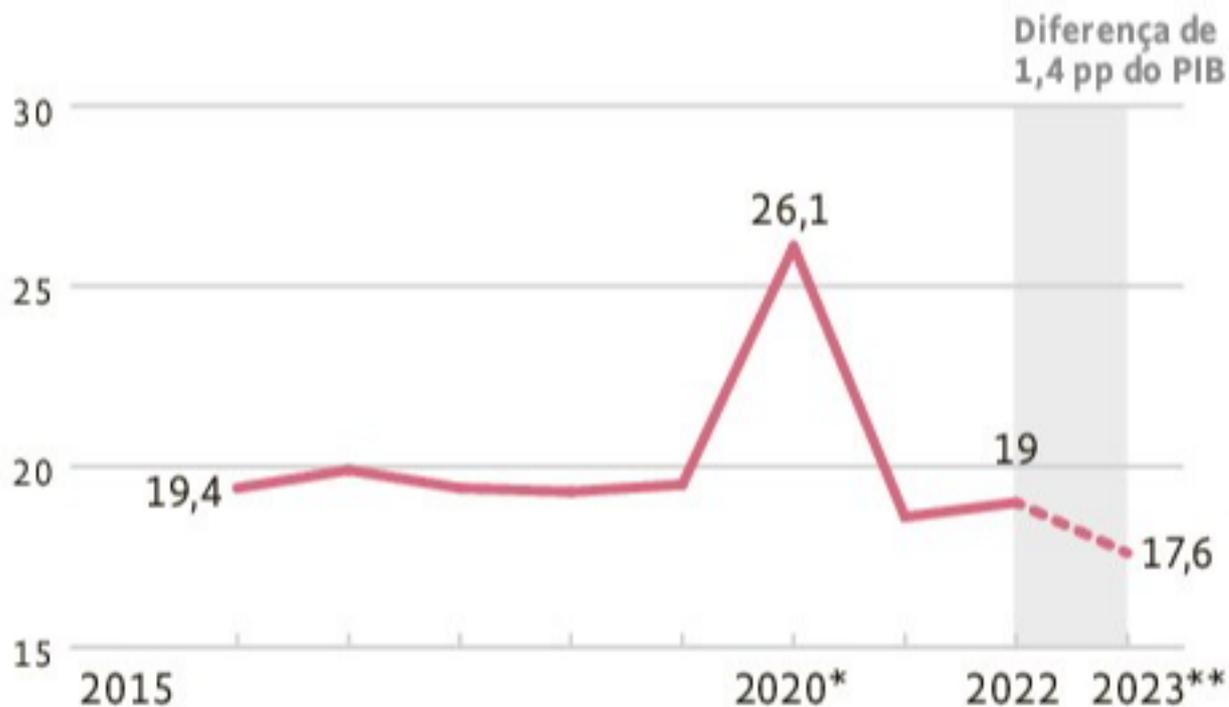
Por outro lado, o ganho pode ser menos intenso se prevalecer um cenário de menor crescimento da economia no ano que vem. Por enquanto, o Orçamento de 2023 está sendo formulado com uma estimativa de alta de 2,5% do **PIB**, cenário considerado otimista pelo mercado (que espera 0,7%).

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50106>

## Evolução da despesa primária

Em % do PIB



\*Ano da pandemia de Covid-19, em que o governo executou o chamado 'orçamento de guerra' para combater os efeitos da emergência

\*\*Estimativa do projeto de lei orçamentária enviado em agosto

Fonte: Ministério da Economia

# Tarifa de energia deve subir, em média, 5,6% em 2023, estima Aneel

Veja a matéria no site de origem:

<https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

# Riscos fiscais se aproximam de R\$ 5 bi

**Estevão Tair De Brasília**

Veja a matéria no site de origem:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187391?page=1&section=1>

**Site:**

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187391?page=1&section=1>

# Covid bate recorde na China e projeção para economia cai

Veja a matéria no site de origem:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187391?page=1&section=1>

**Site:**

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187391?page=1&section=1>

# Cenário externo para de piorar e dê trégua a emergentes (Editorial)

Veja a matéria no site de origem:

<https://valor.globo.com/impreso>

# Fome e orçamento 2023 (Artigo)

*Por Helder Rebouças*

Veja a matéria no site de origem:

<https://valor.globo.com/impresso>

# Não se resolve miséria ou resultado fiscal com PEC, diz Afonso

*Marta Watanabe e Anais Fernandes De São Paulo*

Veja a matéria no site de origem:

<https://valor.globo.com/impresso>